

# TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA OPÇÃO PARA PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO.<sup>1</sup>

Sylvia Constant Vergara  
Doutora em Educação  
Professora Titular da EBAPE/FGV  
Praia de Botafogo, 190, sala 511  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 22250-900  
E-mail: [vergara@fgv.br](mailto:vergara@fgv.br)

Victor Cláudio Paradela Ferreira  
Doutor em Administração  
Professor Convidado do Programa FGV Management  
Professor da Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora  
Av. Pres. João Goulart, 600  
Juiz de Fora – MG – CEP 36030-000  
E-mail: [victorclaudio@uol.com.br](mailto:victorclaudio@uol.com.br)

## Resumo

As pesquisas em Administração envolvem, normalmente, investigações sobre fenômenos complexos, nos níveis individual, organizacional ou social, cujo entendimento não pode ser buscado a partir de abordagens reducionistas, que não contemplem a complexidade que caracteriza a ação humana. A Teoria das Representações Sociais é aqui apresentada como uma opção para o desenvolvimento de estudos focados não apenas em fatos, dados e opiniões formais. Sua utilização pode contribuir para um entendimento efetivo de sentimentos, percepções e valores nem sempre explicitados pelos sujeitos que deles compartilham. Abordando o comportamento individual e coletivo de forma contextualizada no mundo social, essa teoria destaca-se, também, por abordar de forma integrada as dimensões cognitiva, afetiva e social presentes no comportamento humano. O artigo apresenta os conceitos de representação social, as duas partes em que uma representação pode ser dividida: o núcleo central e o sistema periférico, as bases teóricas e epistemológicas dessa teoria e as possíveis aplicações no campo de estudo da Administração.

## Palavras-chave

Representações sociais; métodos de pesquisa

## Abstract

## Key-words

Social Representation; research methods

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na Revista Angrad, vol. 8, n. 2, abr-mai-jun 2007, pp. 225-241

## TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA OPÇÃO PARA PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO.

### 1 Introdução

A Teoria das Representações Sociais foi formulada, originalmente, por Serge Moscovici, psicólogo nascido na Romênia, que se naturalizou francês e desenvolveu sua carreira no país que o abrigou, chegando a diretor de estudos da École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Tendo como origem os estudos que desenvolveu em seu doutoramento, Moscovici publicou, em 1961, o livro *La Psychanalyse: son image et son public- etude sur la representation sociale de la Psychanalyse* (MOSCOVICI, 1961), que logo alcançou grande repercussão, tornando-se nos anos seguintes um dos enfoques predominantes da Psicologia Social na Europa Continental. O autor publicou uma vasta bibliografia desenvolvendo a teoria que criou, sendo 12 livros escritos individualmente e 14 em conjunto com outros autores

Em sua obra seminal, Moscovici estudou as diversas maneiras pelas quais a Psicanálise era percebida (representada) e difundida entre os parisienses. Os três pontos fundamentais abordados foram (OLIVEIRA, 2004):

- As representações sociais colocavam-se como uma espécie de intermediário entre os conceitos científicos de Psicanálise e o entendimento a seu respeito, manifesto pela sociedade parisiense;
- Essa representação não era comum a todos os membros da sociedade, variando de acordo com o conhecimento de senso comum e o contexto sócio-cultural em que os indivíduos estavam inseridos;
- O processo de formação de uma representação diante de um novo objeto, no caso a Psicanálise, apresentava uma seqüência lógica de duas operações: a amarração, ou ancoragem, que é a busca de tornar o novo objetivo conhecido, e a objetivação, que é o processo de acoplamento das imagens e experiências retiradas do cotidiano aos novos esquemas conceituais formados.

Moscovici procurou, também, compreender e explicitar em sua primeira obra, como a produção de conhecimentos plurais pode contribuir para reforçar a identidade dos grupos, influenciando em suas práticas e reconstituindo seu pensamento. Uma das principais teses por ele advogadas é que seria em função das representações e não necessariamente da realidade, que se movem os indivíduos e as coletividades.

Originada, portanto, do campo da Psicanálise, a teoria das representações sociais tem sido utilizada em pesquisas em outras áreas do saber como, por exemplo, Administração (CAVEDON, 1999; FERREIRA, 2005; MÖLLER, 1996; VERGARA, 2005; VERGARA e FERREIRA, 2004). Em uma época em que se busca complementaridade teórica e em uma área tão multifacetada como Administração, a Teoria apresenta-se como uma opção interessante para investigações.

O artigo está estruturado em 5 seções, além desta Introdução. A seção 2 explicita o que é representação social. A terceira seção apresenta a distinção entre os chamados núcleo central e sistema periférico das representações, destacando a natureza e os papéis por eles desempenhados. Em seguida, são destacadas as bases teóricas e epistemológicas das representações sociais, sendo realçadas algumas convergências e diferenças com outras teorias. A quinta seção realça uma importante característica da teoria enfocada: a redescoberta da importância do senso comum que ela proporciona. Por fim, na conclusão, são apontadas algumas das possíveis aplicações da Teoria no campo de estudo da Administração.

## **2 Buscando entender o que é Representação Social**

A partir dos estudos de Moscovici, diversos outros pesquisadores, como Jean-Claude Abric e Denise Jodelet, por exemplo, foram desenvolvendo metodologias e agregando novas formas de abordagem. As contribuições que se somaram à orientação teórica inicial, tornaram o campo de estudo das representações sociais complexo e multifacetado. Denise Jodelet sintetiza em seis perspectivas as principais linhas de estudo das representações sociais (SÁ, 1998):

- Em uma primeira perspectiva, é dada ênfase à atividade estritamente cognitiva por meio da qual uma representação é construída pelo sujeito. A transformação dessa representação em social se dá a partir de duas dimensões: a de contexto e a de pertencimento.
- A segunda perspectiva é aquela que acentua os aspectos mais significativos da atividade representativa. O sujeito é considerado como um produtor de sentido, exprimindo na representação o significado que empresta à sua experiência no mundo social.
- A terceira trata a representação como uma forma de discurso, decorrendo suas características da prática discursiva de sujeitos socialmente situados.
- A quarta abordagem leva em consideração de forma privilegiada a prática social do sujeito, pressupondo que as representações refletem as normas institucionais dadas pela posição ou pelas ideologias ligadas ao lugar ocupado pelo sujeito.
- A quinta perspectiva considera o jogo das relações intergrupais como sendo determinante da dinâmica das representações. O desenvolvimento das interações intergrupais é visto como fortemente influente nas representações que os membros têm de seu grupo e de outros grupos.
- A sexta abordagem é aquela que se caracteriza como mais sociologizante, fazendo do sujeito um portador de determinações sociais. A base da atividade representativa situa-se, nessa perspectiva, sobre a reprodução de pensamentos socialmente estabelecidos.

As múltiplas perspectivas existentes demonstram a expansão dos estudos das representações sociais e as diferentes possibilidades que podem ser

encontradas nessa Teoria. Tais abordagens não são incompatíveis entre si, já que são todas provenientes de uma mesma matriz básica (ARRUDA, 2002; SÁ, 1998).

Uma representação social pode também ser definida como um conjunto de percepções, imagens, opiniões, crenças e atitudes mantidas por um determinado grupo. As relações estabelecidas entre esses elementos induz os indivíduos que compartilham de uma dada representação, à atribuição de significados próprios a fenômenos sociais (VERGARA E FERREIRA, 2005). Em um estudo sobre ONGs, por exemplo, Vergara e Ferreira (2005) observaram que formadores de opinião no Rio de Janeiro têm sobre elas idéias positivas, o que justifica seu crescimento e legitimidade.

As representações sociais podem, então, ser definidas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, possuindo orientação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social. A representação de um dado objeto não se constrói isoladamente; articula informações que, na relação com os outros, a experiência com aquele objeto aportou ao sujeito (JODELET, 2001).

Sendo dinâmicas, as representações produzem comportamentos e influenciam relacionamentos, englobando ações que se modificam umas às outras. Não são meras reproduções, tampouco reações a estímulos exteriores determinados; antes, são sistemas que possuem uma lógica própria, uma linguagem particular e uma estrutura que tem como base tanto valores quanto conceitos. Não são simples opiniões a respeito de algo ou imagens de algum objeto. São verdadeiras teorias construídas coletivamente, destinando-se à interpretação e à construção da realidade (MOSCOVICI, 2004).

Sendo um conjunto de elementos simbólicos, as pessoas o expressam por meio do uso de palavras e gestos. Os indivíduos e os grupos sociais explicitam, por meio da linguagem e dos posicionamentos que assumem, a forma como percebem as situações em que estão envolvidos. Formulam, assim, opiniões acerca de um determinado fato ou objeto e manifestam as expectativas que desenvolveram a respeito. As representações são, de acordo com esse conceito, sempre construídas socialmente e ancoradas nas situações concretas vivenciadas pelos indivíduos que as elaboram. Deriva daí a importância de que seja interpretada uma representação social considerando-se a compreensão das pessoas que a formulam como seres históricos, inseridos em uma realidade determinada, com expectativas diferenciadas e diferentes níveis de apreensão crítica da realidade (FRANCO, 2004).

O processo de construção de uma representação social se dá de múltiplas formas, sendo influenciado pelas interações humanas formais e informais que ocorrem nas diversas instituições sociais, pelos meios de comunicação de massa e pelos movimentos sociais organizados (JOVCHELOVITCH, 1995).

As representações sociais necessitam do referencial de um pensamento preexistente. Não se formam, portanto, no vácuo, sendo antes representativas da evolução de conceitos e conhecimentos pré-existentes. Moscovici (2004) destaca, no entanto, que o sentido dado a uma determinada representação vai sempre além daquilo que foi concretizado ou realizado pelas instituições. As representações são, portanto, causa e consequência dos fenômenos sociais. Da mesma forma que a história vivenciada por um grupo que compartilha uma representação contribui em sua formação, a representação, uma vez constituída, será determinante na história futura desse mesmo grupo, regulando as relações dos indivíduos com seu meio

ambiente físico e social e orientando os comportamentos e as práticas desses indivíduos (CAVEDON, 1999).

As representações sociais são geradas pelas mediações sociais, em suas mais variadas manifestações: comunicação formal e informal, processos de trabalho, ritos, mitos, símbolos e padrões de comportamento. Essas mediações têm em comum o fato de manifestarem de alguma forma a busca de sentido e significado que se apresenta como inerente à existência humana (JOVCHELOVITCH, 1995).

As representações sociais podem ser entendidas, também, como um mecanismo de resistência cultural capaz de auxiliar na construção e preservação da identidade de um grupo. Não que novos conceitos não possam ser absorvidos, pois as representações são dinâmicas, mas as mudanças ocorrem, normalmente, de forma gradual e criteriosa. Além disso, é possível que as novas idéias passem por um processo de assimilação às já existentes, deixando, assim, de representar uma ameaça. Vale, ainda, destacar que, nesse tipo de processo, tanto as novas idéias quanto a representação que as absorve sofrem modificações (BAUER, 2002).

Uma representação está também relacionada às atividades mantidas pelos indivíduos diante de observadores sociais, do grupo em que convive, podendo servir para demonstrar a adesão do sujeito às práticas e valores considerados socialmente aceitáveis. Destaca, dessa forma, os valores mais caros à sociedade em que está inserida (GOFFMAN, 2004).

Outra característica das representações que merece ser destacada é o seu caráter prescritivo em relação ao comportamento dos indivíduos que delas compartilham. Uma representação influencia diretamente o pensamento por meio da agregação de estruturas e tradições pré-existentes que definem valores e posturas, definindo, em consequência, uma ampla gama de comportamentos.

Os diferentes conceitos e abordagens que foram produzidos a respeito das representações sociais descortinaram uma variada gama de possibilidades de aplicação dessa teoria. Uma delas é destacada a seguir.

### **3 O Núcleo Central e o Sistema Periférico das Representações Sociais**

Apresentando-a como complementar à teoria das representações sociais, Jean-Claude Abric propôs, em 1976, a teoria do núcleo central. Ao propor essa teoria, Abric entendeu que nem todos os elementos que compõem uma representação têm a mesma importância, sendo alguns essenciais e outros secundários. As representações possuem, de acordo com essa teoria, uma hierarquia interna. Os elementos mais importantes são organizados no chamado núcleo central, que confere à representação o seu significado, enquanto os de menor importância constituem o sistema periférico (ABRIC apud SÁ, 2002).

Há dois processos sócio-cognitivos que atuam dialeticamente na formação das representações sociais: a objetivação e a ancoragem. A objetivação esclarece como se estrutura o conhecimento de um dado objeto. O indivíduo procede à objetivação em três diferentes etapas (ARRUDA, 2002):

- Seleção dos elementos a serem representados, operando-se uma espécie de enxugamento do excesso de informações. O principal fator indutor dessa operação é o fato de que não é possível lidar

com todos os aspectos envolvidos nos conjuntos de informações captadas da realidade. Tal como ocorre nos métodos científicos quando se faz a delimitação dos temas estudados, os indivíduos envolvidos na produção de uma representação social fazem cortes na realidade. Os principais critérios utilizados costumam ser as informações prévias possuídas e os valores compartilhados.

- Uma vez feitos os recortes, os fragmentos selecionados são reagrupados em um esquema que se torna o núcleo figurativo da representação. Com isso, o objeto antes “misterioso”, após identificado é recomposto, passando a ser objetivo, palpável.
- O processo se completa com a fase de naturalização, na qual o esquema criado passa a ser incorporado pelos sujeitos que dele partilham como representando aquilo que é natural.

A objetivação dá origem à definição do núcleo central, uma vez que transforma um conceito em algo concreto. Para Abric, o processo figurativo e social pelo qual esse processo se cristaliza faz com que parte de uma determinada representação - o seu núcleo central - passe a ser evocada e disseminada como se fosse o real para aqueles que a expressam (FRANCO, 2004).

A outra operação básica, a ancoragem, serve para dar sentido ao objeto apresentado à compreensão dos sujeitos envolvidos na representação. A ancoragem está dialeticamente ligada à objetivação, assegurando-se dessa forma as três funções fundamentais de uma representação: incorporação do estranho ou do novo, interpretação da realidade e orientação dos comportamentos. A ancoragem permite a incorporação do novo nas redes de categorias que o indivíduo possui. Por meio desse processo, o conhecimento gerado enraíza-se no social, integrando-se à leitura de mundo de cada indivíduo, que procede a uma busca de familiarização das novidades geradas, ancorando-as nas suas vivências, na sua bagagem emocional (MOSCOVICI, 2004; NÓBREGA, 2001).

A ancoragem explica o fato de as representações sociais não serem, necessariamente, consensuais, daí decorrendo a formação do seu chamado sistema periférico. O sentido atribuído a um dado objeto e o próprio processo de atribuição são construções psicossociais que integram a história pessoal de cada indivíduo com o resultado de suas interações grupais.

O conhecimento do núcleo central, que contempla seus componentes mais importantes, auxilia na identificação dos aspectos fundamentais de uma representação social. No núcleo estão os valores e percepções que são compartilhados com mais clareza e coesão pelo grupo investigado. Considerando que as significações fundamentais de uma representação estão contidas em seu núcleo central, quando este passa por transformações, cria-se uma nova identidade (MADEIRA, 2001; MAZZOTTI, 2001).

Os valores que compõem o núcleo central de uma representação são os que possuem o caráter prescritivo em relação ao comportamento dos indivíduos, anteriormente mencionado. Tais valores representam uma espécie de memória coletiva do grupo que compartilha da representação, desempenhando uma função de construção de significados consensuais que contribuem para uma maior homogeneidade do grupo. Caracterizam-se, também, por serem mais estáveis e resistentes à mudança e por não receberem influência significativa do contexto

social imediato, ou seja, por não serem normalmente influenciáveis por fatos recentes (MADEIRA, 2001; SÁ, 2002).

Diversos autores entendem ser o núcleo central o elemento essencial de uma representação, uma vez que é ele que determina o seu significado contribuindo, ao mesmo tempo, para sua organização interna. Como fatores essenciais na sua determinação estão a natureza do objeto e o sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo que expressa a representação social. É no âmbito do núcleo central que ocorre o processo de cristalização, solidificação e estabilização da representação, vinculando-se as idéias e mensagens que vão proceder a homogeneização, sendo mediadas pela realização de ações concretas que se apresentam resistentes às mudanças (FRANCO, 2004). Em sua pesquisa, Vergara e Ferreira (2005) identificaram conceitos como sociedade, solidariedade, organização, defesa de interesses, participação, ajuda como componentes do núcleo central das representações sobre ONGs e amizade, desenvolvimento, competência, bem comum, esperança, oportunidade como componentes do sistema periférico

Considera-se que a estrutura de uma representação social é alterada quando são adicionados ou suprimidos elementos do seu núcleo central. As mudanças ocorridas no núcleo central implicam, portanto, mudanças na própria representação social. Tais mudanças costumam ser pouco freqüentes e, geralmente, estão restritas à ocorrência de eventos muito significativos, que levem o sujeito a rever seus valores, expectativas e conceitos de forma radical. Um exemplo de evento desse tipo foi o conjunto de atentados terroristas sofridos pelos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. A partir desse acontecimento, mudou o núcleo central e, portanto, a representação social da sociedade norte-americana a respeito de diversos objetos relacionados à política internacional, alterando, conseqüentemente, as comunicações e condutas daquele povo em relação a tais objetos. Outro exemplo que pode ser mencionado é a tragédia que se abateu em países asiáticos com a ocorrência de tsunamis, no final de 2004. Certamente, fatos como esse alteram as representações sociais não apenas da população diretamente afetada, como também dos habitantes de outros países que com eles se solidarizaram. Eventos tão significativos e impactantes assim são, todavia, bastante raros, tornando pouco comum esse tipo de mudança.

Além do núcleo central considera-se, também, nessa teoria, a existência do chamado “sistema periférico”, que abriga as diferenças de percepção entre os indivíduos envolvidos na pesquisa, suportando a heterogeneidade do grupo e acomodando as contradições trazidas pelo contexto mais imediato. É constituído dos elementos que estão em volta do núcleo central, que o indivíduo admite rever, negociar. É uma forma de defesa do núcleo central, permitindo o intercâmbio com outros grupos. Propicia, assim, a evolução da representação social, sem chegar a mudá-la (MADEIRA, 2001; SÁ 2002).

Enquanto o núcleo central deriva do processo de objetivação, a ancoragem dá origem ao sistema periférico. O estudo do núcleo central é, conforme destacado, essencial para o entendimento de uma determinada representação social. Não se pode, no entanto, desconsiderar a relevância que pode ser encontrada na análise do sistema periférico. A ancoragem desempenha um papel essencial no desenvolvimento de uma representação, uma vez que possibilita a sua concretização de forma individual e personalizada por parte de diferentes indivíduos, ligados a grupos sociais diferenciados. A ancoragem consiste no processo de

integração cognitiva do objeto representado com os valores pré-existentes. Abric destaca cinco funções do sistema periférico na dinâmica das representações sociais:

- A concretização do núcleo central, transformando-o em termos ligados à realidade, que passam a ser imediatamente compreensíveis e transmissíveis;
- A regulação, possibilitando a adaptação da representação às transformações observadas no contexto social, com a integração de novos elementos e a modificação dos já existentes a partir das novas situações concretas com que o grupo se defronta;
- A prescrição de comportamentos, uma vez que os elementos do sistema periférico funcionam como esquemas organizados pelo núcleo central, garantindo a imediata aplicabilidade de uma representação na leitura de uma dada situação e, em consequência, orientando a tomada de posição;
- A proteção do núcleo central, tendo em vista que absorve as informações novas que poderiam desestruturá-lo, possibilitando a absorção das mudanças no contexto social e nas idéias com a preservação do âmago da representação;
- A incorporação das características diferenciadoras de cada indivíduo, permitindo, assim, a elaboração de representações relacionadas à história e às experiências pessoais de cada sujeito.

A Figura 1, adaptada de Sá (2002), apresenta um resumo comparativo das características do núcleo central e do sistema periférico:

Núcleo Central	Sistema Periférico
Relaciona-se à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e vivências de cada indivíduo
É consensual, definindo a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Apresenta-se estável, coerente e rígido	É flexível, suportando contradições
Revela-se resistente a mudanças	É aberto a transformações
É pouco sensível ao contexto imediato	Sofre influências significativas do contexto imediato
Gera a significação da representação e determina sua organização	Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação do conteúdo, protegendo, assim, o sistema central.

Figura 1  
Características do Núcleo Central e do Sistema Periférico

Em uma figura disposta em quadrantes, o núcleo central ocupa o superior esquerdo, e o sistema periférico, o inferior direito. Os elementos dos quadrantes restantes, superior direito e inferior esquerdo, possibilitam uma interpretação menos



direta, uma vez que tratam de cognições que, apesar de não estarem compondo o núcleo central, mantêm uma relação de proximidade com este (TURA, 1997).

As pesquisas do núcleo central revelam não apenas os conteúdos da representação social como também sua estrutura ou organização interna. Daí decorre a prática comumente adotada de solicitar aos sujeitos participantes que efetuem sobre sua própria produção um trabalho cognitivo de análise, comparação e hierarquização (SÁ, 1998).

Embora amplamente desenvolvida por Moscovici e seguidores, a Teoria das Representações Sociais trata de um conceito – representações – cujas bases remontam a outras épocas, como se verá a seguir.

#### **4 Bases teóricas e epistemológicas**

A idéia de representação não é nova. Ela possui uma base já solidificada na cultura ocidental, podendo sua origem ser apontada na teoria da forma de Platão, que a considera como o ato pelo qual um objeto pensado se faz presente no espírito. Nesta concepção, a representação possui um duplo significado, substituindo o objeto representado, ao tempo em que o realiza em seu conteúdo e em seu sentido. Descartes também contribuiu para a construção de uma filosofia da representação, defendendo que ela proporciona a transformação da idéia em uma imagem do real. Hegel, por sua vez, introduziu a filosofia da reflexão, considerando-a sob uma perspectiva universalizante e em contínua mediação. Durkheim pode ser considerado o criador e organizador deste conceito no campo da Sociologia, mantendo, no entanto, a oposição entre representações coletivas e individuais. Max Weber, nas reflexões que desenvolveu sobre valores de conduta moral e religiosa utilizou o termo representações para designar o conjunto de referência e de orientação das ações dos indivíduos. Husserl, na teoria do ato intencional que deu base à fenomenologia, procurou ampliar o conhecimento da adequação de representação e realidade, superando a limitação da análise nos termos de uma contraposição sujeito-objeto (JODELET, 2001).

Há também afinidades entre o trabalho de Moscovici e as contribuições de outros teóricos do campo de estudo da Psicologia Social, como Kurt Lewin, Solomon Asch e Fritz Heider. Todos eles foram, de alguma forma, influenciados pela revolução cognitiva que ocorreu no campo da Psicologia a partir da década de 1950, revalidando os conceitos mentalistas. A abordagem mentalista privilegiava a análise dos conceitos assumidos por um indivíduo desde uma perspectiva introspectiva ou subjetivista, relacionada, basicamente, ao seu estado mental, tendo sido fortemente combatida pelas formas mais radicais do comportamentalismo que marcaram a primeira metade do século XX, com destaque para o trabalho do psicólogo norte-americano Frederic B. Skinner (CARVALHO NETO, 2001) .

Ocorre, no entanto, que as formas clássicas do cognitivismo abordam a representação como um elemento estático. A teoria das representações sociais inova ao incorporar um sentido mais dinâmico e ao colocar o foco tanto no processo pelo qual as representações são elaboradas quanto nas estruturas de conhecimento que são estabelecidas. A contribuição de Moscovici contrariou o paradigma vigente na época no campo da Psicologia e das ciências sociais. No início da década de 1960, quando sua primeira obra foi publicada, o behaviorismo estabelecia limites do que era considerado científico, impondo o imperativo experimental. A pesquisa de

Moscovici marcou a redescoberta e valorização dos fenômenos marcados pela subjetividade, cujo estudo dependia da interpretação do pesquisador (ARRUDA, 2002; MOSCOVICI, 2004).

Além das limitações impostas pela prevalência do behaviorismo, a forte influência do marxismo representava outro tipo de limitação epistemológica rompida por Moscovici. A abordagem marxista tende a atrelar o desenvolvimento da superestrutura social ao da infraestrutura, obstaculizando a percepção de que possa haver diversidade de produção de pontos de vista dentro de uma mesma classe social. A infraestrutura social, construída no contexto de lutas de classes, seria, naquela visão, determinante de padrões de pensamento e valoração característicos de cada sociedade em um determinado contexto histórico. A Teoria das Representações Sociais, rompendo com essa limitação, operacionalizou um conceito o qual permitiu que o pensamento social passasse a ser investigado, incorporando-se as noções de dinamismo e diversidade (JODELET, 2001) e também a de senso comum, conforme a seguir apresentado.

## 5 A redescoberta do senso comum

O trabalho de Moscovici trouxe outra importante contribuição epistemológica. Uma de suas premissas básicas é que existem formas diferenciadas de se conhecer um dado objeto e de comunicá-lo, sendo duas predominantes na sociedade: a consensual e a científica, cada uma gerando o seu próprio universo. Moscovici destacou, todavia, que a diferenciação entre essas duas perspectivas não significava isolamento ou o estabelecimento de uma hierarquia entre elas. A adoção de uma ou de outra forma estaria ligada aos diversos propósitos pretendidos. O universo consensual teria como base a vida cotidiana e suas interações informais. Já o espaço científico se manifestaria em um universo reificado, possuidor de cânones de linguagem característicos e de uma hierarquia interna. Moscovici procurou destacar que ambas as formas, em seus diferentes propósitos, possuem eficácia, sendo mesmo indispensáveis à vida humana. A Figura 2, adaptada do trabalho de Arruda (2002), apresenta as principais diferenciações entre os universos consensuais e reificados, ou científicos.

<i>Universos consensuais</i>	<i>Universos reificados</i>
Foco em “nós” ( <i>opus proprium</i> )	Foco em “eles” ( <i>opus alienum</i> )
Sociedade entendida como um grupo de iguais, no qual todos podem se manifestar com a mesma competência.	Sociedade vista como um sistema de papéis e classes diferentes, no qual o direito à palavra é desigual, privilegiando-se os <i>experts</i> .
Estímulo à conversação e ao estabelecimento de cumplicidade entre pessoas “amadoras” ou “curiosas” a respeito dos objetos enfocados.	Participação nos grupos determinada pelo grau de especialização, que confere propriedade a discursos e comportamentos.
Consolidação dos grupos sociais construída por meio do conhecimento partilhado e da interação pessoal, sendo a comunicação	Unidade dos grupos sociais construída por prescrições globais e não por entendimentos recíprocos.

instrumento fundamental da coesão.	
Representações sociais construídas por meio do senso comum e da consciência coletiva.	Conhecimentos científicos que buscam retratar a realidade de forma independente da consciência pessoal.

Figura 2  
Características dos Universos Consensuais e Reificados

A obra de Moscovici trouxe uma reabilitação do senso comum, do saber popular, construído no cotidiano. Esse tipo de saber era considerado até então confuso, inconsistente e equivocado. O pensamento científico era entendido como a única possibilidade para a superação do erro e da ignorância. Moscovici chegou a afirmar que, na verdade, são os intelectuais que não pensam racionalmente. Foram eles que produziram teorias como o racismo e o nazismo, destacando que a primeira violência anti-semita ocorreu nas universidades e não nas ruas.

A história de vida de Moscovici teve grande influência no direcionamento de sua pesquisa, em especial no período em que testemunhou a opressão nazista durante a Segunda Guerra Mundial. A partir do desencanto que viveu na ocasião, ele formulou algumas questões que passaram a merecer sua atenção ao longo de seu trabalho: Como é possível que os seres humanos se mobilizem a partir de algo que aparentemente supera a razão? Como é possível que sejam conhecimentos práticos, a base para que as pessoas vivam suas vidas? A resposta a essas perguntas gerou sua obra inicial, na qual se propõe a quebrar as barreiras entre a racionalidade e o senso comum, a razão e a emoção, o sujeito e o objeto (ARRUDA, 2002).

Sua contribuição marcou também o estabelecimento de uma percepção inovadora a respeito da integração entre os fenômenos perceptivos individuais e sociais. As teorias existentes até a publicação do trabalho seminal da Teoria das Representações Sociais estabeleciam uma distinção entre dois níveis de fenômenos: o individual e o coletivo. Durkheim, por exemplo, adotou em suas proposições teóricas a distinção entre o estudo das representações individuais, que estaria no domínio da Psicologia, e o das representações coletivas, do domínio da Sociologia. Freud, por sua vez, desenvolveu uma crítica psicanalítica da cultura e da sociedade ao mesmo tempo em que tratava o indivíduo clinicamente (FARR, 2002).

Mais do que simplesmente compreender como o conhecimento é produzido, Moscovici interessou-se por analisar o impacto dos conhecimentos nas práticas sociais e vice-versa. Focou sua atenção no poder das idéias do senso comum, estudando as formas como as pessoas partilham o conhecimento, constituindo uma realidade comum entre si e transformando idéias em prática. Procurou, em síntese, compreender como o tripé grupos/atos/idéias constitui e transforma a sociedade (OLIVEIRA, 2004).

## 6 Para concluir: possíveis aplicações da Teoria das Representações Sociais

Tendo como uma de suas características fundamentais a consideração das tensões estabelecidas entre os indivíduos e a sociedade, a Teoria das

Representações Sociais proporciona um melhor entendimento dos fenômenos sociais. Diferencia-se, assim, de outras teorias que estudam os indivíduos descontextualizados de um mundo social no qual estão inseridos. Destaca-se, também, por abordar de forma integrada as dimensões cognitiva, afetiva e social presentes no comportamento humano. Por meio do conhecimento de uma representação social torna-se possível um entendimento mais adequado dos processos de constituição simbólica encontrados na sociedade, onde indivíduos se engajam para dar sentido ao mundo e nele construir sua identidade social.

Trata-se de uma teoria que tem como referência o indivíduo situado em seu contexto histórico, no qual ocorrem constantemente a apropriação e a reconstrução dos sentidos atribuídos aos objetos, a partir das experiências e práticas cotidianas. As representações sociais atuam, de acordo com seus estudiosos, regendo as relações dos indivíduos com o mundo e com ou outros e organizando as comunicações e condutas sociais. Denotam, portanto, em sua organização e articulações, as experiências concretas vivenciadas e os interesses que as mobilizam.

Essa teoria caracteriza-se por ser adequada às características da sociedade atual, na qual a velocidade vertiginosa da informação induz a um constante processamento do novo, dificultando a cristalização de tradições. Essas características fazem com que o processamento das informações esteja fortemente calcado no olhar de quem vê, com sua subjetividade e sua vivência concreta. Longe de ser uma espécie de imagem fotográfica da realidade, uma representação social é uma espécie de tradução, de versão desta, apresentando-se em constante transformação, com notável dinamismo e mobilidade, tal como o objeto que pretende elaborar. Diante do amplo leque de traduções da realidade que podem ser geradas nos grupos sociais, constitui-se a sociedade dos chamados “sábios amadores” (MOSCOVICI, 1961), na qual cada um busca participar da construção coletiva do conhecimento como sujeito ativo e criativo. Essas características reforçam a percepção, já anteriormente destacada, da pertinência da aplicação dessa Teoria quando se deseja alcançar uma melhor compreensão de fenômenos complexos.

Outra característica das representações sociais é que elas convencionalizam os objetos, as pessoas e os acontecimentos, atribuindo-lhes uma forma definitiva, localizando-os em uma categoria e inserindo-os gradualmente em um protótipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Nenhum indivíduo está livre de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura; isto faz com que este indivíduo permaneça inconsciente acerca dessas convenções. Por meio de um certo esforço é possível que ele se torne consciente do aspecto convencional da realidade, podendo então escapar de algumas exigências que são impostas às suas percepções e pensamentos, mas há que se ter presente que essa liberdade não é assim tão constante, razão pela qual o indivíduo permanece preso, ao longo de sua vida, a inúmeras convenções e preconceitos.

As características aqui destacadas sinalizam que uma representação social não provém de processos racionais de prospecção da realidade. Não se trata de idéias diretamente relacionadas a informações concretas que se tem a respeito de um dado fenômeno. Com isso, são menos suscetíveis a mudanças provocadas por debates de idéias ou mesmo por novas vivências. A percepção da realidade manifesta na representação encontra-se, em geral, solidamente alicerçada no indivíduo que a possui e serve de parâmetro para a forma pela qual ele vai se

relacionar com o objeto de sua representação. Essa característica reforça, portanto, a validade do estudo de representações sociais quando se deseja entender a forma pela qual a administração tem se relacionado com determinados fenômenos sociais que, por sua complexidade, podem não ser adequadamente percebidos pelos métodos de pesquisa tradicionais.

A Teoria das Representações Sociais contribui para o melhor entendimento das práticas coletivas, à medida que as representações funcionam como um sistema de interpretação da realidade. Auxilia, também, na investigação dos processos de constituição simbólica mantidos pelos sujeitos sociais na tentativa de dar sentido ao mundo em que vivem, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, fortalecendo, assim, sua identidade social. Ainda que as representações sociais não determinem inteiramente as decisões tomadas pelo indivíduo, exercem um papel de delimitadoras do universo de possibilidades colocadas à sua disposição. Para Moscovici, sujeito e objeto formam um conjunto indissociável, à medida que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito, um indivíduo ou grupo, sendo a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto. Ao formar sua representação de um determinado objeto, o sujeito, de certa forma, o reconstitui em seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto em que está inserido.

A utilização da Teoria das Representações Sociais revela-se, portanto, uma importante opção para pesquisadores no campo da Administração. Uma das características das representações é que elas exercem forte influência na forma como os indivíduos se relacionam com seu meio ambiente. Os comportamentos e práticas observados nas organizações e na sociedade podem ser melhor entendidos, portanto, conhecendo-se as representações sociais mantidas sobre os focos dos estudos que venham a ser realizados. Com isso, torna-se mais fácil o entendimento das manifestações sociais e dos processos de escolha individuais e coletivos que podem viabilizar um melhor entendimento de diversas questões estudadas pela Administração.

Poucos são ainda os trabalhos desenvolvidos na área de Administração utilizando essa teoria. À medida em que ela se torne mais conhecida, porém, diversas pesquisas poderão se beneficiar da incorporação de seus conceitos e da utilização das técnicas a ela associadas.

Em estudos sobre políticas públicas, por exemplo, é de grande valia o conhecimento da representação social mantida sobre os focos de atenção das políticas analisadas. Imaginando-se uma pesquisa a respeito das possíveis estratégias de estímulo à inclusão de egressos do sistema penitenciário nas empresas, seria muito proveitoso o conhecimento da representação social de presidiários dos empresários e dirigentes. Os esforços que o poder público viesse a empreender nessa área poderiam ser pouco eficazes se não considerassem tal representação.

Na área de marketing, são amplas as possibilidades de aplicação. Sabe-se que o comportamento dos consumidores não é determinado apenas por fatores explicáveis unicamente pelas técnicas tradicionais de pesquisa, que focam basicamente as opiniões assumidas pelos indivíduos pesquisados. Ao descortinar sentimentos, percepções e valores nem sempre explicitados, a identificação de representações sociais pode, por exemplo, auxiliar no entendimento dos motivos que levam um produto a ser rejeitado no mercado.

Pesquisas em gestão de pessoas devem sempre considerar os aspectos subjetivos envolvidos nas relações de trabalho. Comportamentos frente a processos de mudança, práticas de liderança, programas de participação e estratégias de negociação são alguns assuntos que podem ser analisados com a utilização dessa teoria.

Trata-se, enfim, de uma importante opção para pesquisadores na área de administração, na qual poderão surgir diversas aplicações a partir de uma melhor difusão dos pressupostos teóricos e da metodologia de aplicação dessa teoria.

### **Referências Bibliográficas**

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117: 129-150, nov. 2002.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 7 ed.

CARVALHO NETO, Marcus Bentes de. *B. F. Skinner e as explicações mentalistas para o comportamento: uma análise histórico-conceitual (1931-1959)*. 2001. 388f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

CAVEDON, Neusa Rolita. As representações sociais dos universitários sobre o trabalho. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD, 23. Foz do Iguaçu. Anais. Anpad, 1999.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. *ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. 2005. 271 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. “Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência”. *Cadernos de Pesquisa*, 34, 121: 169-186, jan./abr. 2004.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MADEIRA, Margot. Representações sociais e educação: importância teórico-metodológica de uma relação. *In: MOREIRA, Antônio Paredes (org.). Representações sociais: teoria e prática.* João Pessoa: UFPB, 2001.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Representações sociais de problemas ambientais: uma contribuição à educação brasileira. *In: MOREIRA, Antônio Paredes (org.). Representações sociais: teoria e prática.* João Pessoa: UFPB, 2001.

MÖLLER, Renato C. *A representação social do fenômeno participativo em organizações públicas do Rio de Janeiro.* 1996. 93f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse: son image et son public – etude sur la representation sociale de la psychanalyse.* Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social.* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NÓBREGA, Sheva Maia da. Sobre a Teoria das Representações Sociais. *In: MOREIRA, Antônio Paredes (org.). Representações sociais: teoria e prática.* João Pessoa, Editora da UFPB, 2001.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Introdução ao estudo do conhecimento social. *In: MOREIRA, Antônio Paredes (org.). Representações sociais: teoria e prática.* João Pessoa, Editora da UFPB, 2001.

SÁ, Celso Pereira. *Núcleo central das representações sociais.* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SÁ, Celso Pereira. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TURA, Luiz Fernando. *Os jovens e a prevenção da AIDS no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 1997, 152p. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em Administração.* 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública.* Rio de Janeiro, v. 39, n 5, Set./Out. 2005.

WAGNER, W. História, memória e senso comum – representações sociais e a interdisciplinaridade. *In: MOREIRA, Antônio Paredes (org.). Representações sociais: teoria e prática.* João Pessoa, Editora da UFPB, 2001.